
Ensino de Geografia: origens e perspectivas *

Jean Carlos Rodrigues **

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre a atual situação do ensino de Geografia bem como sobre suas origens e perspectivas. Para tanto partimos, inicialmente, de algumas considerações acerca do ensino bem como sobre sua relação com a educação e a instrução. Em seguida, refletimos sobre a institucionalização da ciência geográfica, sua relação com o ensino nas escolas elementares (no final do século XIX) e de ensino superior (no início do século XX). Posteriormente, após algumas colocações sobre as origens do ensino de Geografia no Brasil, discutimos sobre a atual situação desse ensino no país procurando relacioná-lo com as tendências educacionais nas quais ela foi inserida. Finalmente, num terceiro momento, abordamos algumas perspectivas, fundamentadas em bibliografias sobre essa temática, a respeito desse ensino e sobre suas contribuições à sociedade. Essas contribuições, por sua vez, podem servir tanto para “fazer a guerra” como para modificar a estrutura social na qual estamos inseridos dependendo da prática pedagógica docente e de seu compromisso político-pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, ensino, educação.

Antes de iniciarmos uma reflexão acerca do tema proposto, consideramos ser de suma importância estarmos discutindo, num primeiro momento, o que vem a ser o processo de ensino bem como a sua finalidade. Num segundo momento, entendemos ser necessário estarmos refletindo, também, sobre o processo de formação e institucionalização da ciência geográfica para, a partir daí, fazermos uma relação entre estes dois temas com o propósito de interpretarmos melhor a função social que adotou o ensino de Geografia a partir do século XIX, quando esta passa a ser uma ciência cujos conhecimentos se tornaram institucionalizados, e entendê-la nos dias atuais.

Para que possamos chegar a uma conclusão do que seria o ensino, cabe-nos discutir, ou ao menos mencionar, o que vem a ser a educação e instrução, uma vez que, segundo Libâneo, “... o ensino é o principal meio e fator da educação (...) e, por isso, destaca-se como campo principal da instrução e educação” (1994, p. 23).

Para Luckesi, a educação “... é um típico ‘que-fazer’ humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida” (1994, p.30). Em se tratando desta discussão, na perspectiva de Libâneo (1994), podemos dizer que esta finalidade é a formação de uma personalidade, que está inserida no contexto sócio-político-ideológico e é construída não somente na escola, mas também na família e na sociedade em geral. Conforme esse autor, a educação

“... corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática” (Libâneo, 1994, p. 22-23).

* Artigo integrante do Relatório de Estágio – Parte I intitulado “Educação, Geografia e Cidadania” da disciplina Metodologia e Prática do Ensino de Geografia A – Estágios Supervisionados ministrada pela profa. Ângela Massumi Katuta, da qual agradecemos as colaborações recebidas, no 1º semestre de 2000 no curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

** Aluno do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina e bolsista do Programa Especial de Treinamento (PET). E-mail: jeancrodrigues@hotmail.com

Com relação à instrução, o autor afirma que essa refere-se “... à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados” (Libâneo, 1994, p. 23). Formação esta que, via de regra, ocorre na escola.

Diante disto, percebemos uma subordinação da instrução à educação, à medida que “... o processo e o resultado da instrução são orientados para o desenvolvimento das qualidades específicas da personalidade” (Libâneo, 1994, p. 23). Nesta concepção, o ensino seria um meio ou um conjunto de tarefas que viabilizassem condições necessárias para se realizar a instrução.

Portanto, concluímos que, quando tratamos do ensino, estamos nos remetendo a um conjunto de meios pelo qual se constrói a formação intelectual da pessoa a partir de conhecimentos sistematizados. Esta formação intelectual acaba por colaborar com o processo de educação da pessoa, do educando. Mas, cabe salientar que, conforme Luckesi, a “... educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim com um instrumento de manutenção ou transformação social” (1994, p. 30-31), conforme veremos a seguir com o próprio ensino de Geografia.

No que concerne à Geografia enquanto ciência, esta foi institucionalizada a partir do século XIX com os trabalhos dos alemães Alexandre von Humboldt e Karl Ritter. Para a Alemanha, era importante os trabalhos destes estudiosos uma vez que o conhecimento geográfico era fundamental para a união nacional e a unificação política desta nação. Segundo Andrade (1992, p. 54), o

“... conhecimento do mundo e o aprofundamento das relações entre a sociedade e a natureza eram, pois, de grande importância para os grupos dominantes que aspiravam à união nacional, à unificação política, em um primeiro estágio, e à disputa pelo domínio do mundo extra-europeu, com os grandes impérios em consolidação, britânico, francês, russo e norte-americano, em um segundo estágio.”

Porém, cabe destacar que a institucionalização dessa ciência ocorreu mediante os postulados da filosofia positivista de Augusto Comte que, segundo Chauí,

“... será uma das correntes mais poderosas e influentes do século XX (...) A sociologia positivista (...) estuda a sociedade como fato, afirmando que o fato social deve ser tratado como uma coisa, à qual são aplicados os procedimentos de análise e síntese criados pelas ciências naturais” (1999, p. 272).

Além disto, a filosofia positivista surge no momento histórico em que se desenvolve o neocolonialismo sobretudo na África e Ásia tendo a França e a Inglaterra como principais países expoentes desta expansão. Este neocolonialismo do século XIX iria favorecer, principalmente, a alta burguesia destes países imperialistas, a qual teria um mercado muito mais amplo para comercializar suas mercadorias.

Assim, segundo Andrade,

“Para que se castrassem os estudiosos de uma visão global, totalizante da realidade, tratou-se de estimular, cada vez mais, a especialização e, em conseqüência, neutralizar ou reduzir a capacidade crítica dos estudiosos, sábios e pesquisadores” (1992, p. 11).

Tal fato ocorreu sobre a égide do positivismo, que dividiu a ciência em vários ramos.

Nesse sentido podemos afirmar que o ensino de Geografia, enquanto meio de realização de uma instrução geográfica no século XIX (já que nessa época os conhecimentos desta ciência já estavam sistematizados), passa a cumprir um papel social que procurava legitimar a ação neocolonialista do Estado-Nação.

Esse papel foi desempenhado, primeiramente, no ensino secundário tendo sido a França uma das primeiras nações a instituir esse conhecimento no final do século XIX. Porém, esse ensino era, em grande parte, de cunho político-militar e pretendia auxiliar na construção da idéia de pátria e convencer a sociedade que a Geografia era um conhecimento neutro, o que criava a idéia de inutilidade deste ensino para a sociedade em geral.

Segundo Lacoste,

“... desde o fim do século XIX e por razões que foram primeiro patrióticas, considerou-se que era preciso ensinar rudimentos de geografia e de história aos futuros cidadãos. A função dessa geografia escolar não é,

evidentemente, mais estratégica, mas ideológica e até o período entre as duas guerras o seu significado político ficou evidente: ela falava primeiro da pátria e a carta da França, que outrora reinava em permanência nas salas de aula era, para os alunos, a representação, a mais evidente, de seu país” (1988, p. 251).

Como meio de justificar tal afirmação, o autor faz um questionamento acerca da França:

“De fato, não é primeiro para falar da pátria aos futuros cidadãos, para lhes fazer conhecer seu país, que um ensino de geografia (...) foi considerado necessário e obrigatório no fim do século XIX, notadamente após o traumatismo da derrota de 1870?” (Lacoste, 1988, p. 249).

Na citação acima, o autor refere-se à guerra Franco-Prussiana na qual a França perdeu os territórios de Alsácia e Lorena para a Prússia, o que provocou a queda do império e a formação da III República nesse país.

Essa consequência ainda hoje é sentida nas escolas. Segundo Lacoste,

“De todas as disciplinas ensinadas na escola, no secundário, a geografia, ainda hoje, é a única a aparecer, por excelência, como um saber sem a menor aplicação prática fora do sistema de ensino” (1988, p.56).

Quando, no início do século XX, a Geografia torna-se um saber universitário esta aparentemente perde seu caráter político e chega a ser questionada pelos próprios estudantes de nível superior. Segundo Lacoste,

“... eles chegam a ousar questionar se a geografia é mesmo uma ciência, se este acúmulo de elementos do conhecimentos ‘emprestados’ da geologia, da economia política ou da pedologia, se tudo isso pode pretender constituir uma verdadeira ciência, autônoma, de corpo inteiro...” (1988, p. 22).

Isto tudo deflagra o questionamento acerca da função e papel da Geografia na sociedade. Enquanto os alunos das escolas elementares possuíam contato com uma Geografia descritiva, que produzia inventários dos aspectos físicos da

superfície terrestre, existia paralelamente uma outra Geografia, a dos oficiais, que negligenciava a função e importância dessa ciência e usava esses conhecimentos para fins militares, elaborando estratégias de combates, como ocorreu na Guerra do Vietnã.

Porém, a partir de todo este complexo cenário de discussão no qual a Geografia se insere, podemos fazer dois comentários. O primeiro deles diz respeito à tendência de educação que se utilizava na França para o ensino de Geografia no final do século XIX. De acordo com as características explicitadas anteriormente, neste período, a educação visava reproduzir a estrutura ideológica do Estado, procurava manter esta estrutura e não modificá-la. Para Luckesi,

“A interpretação da educação como reprodutora da sociedade implica entendê-la como um elemento da própria sociedade, determinada por seus condicionantes econômicos, sociais e políticos – portanto, a serviço dessa mesma sociedade e de seus condicionantes” (1994, p. 41).

Não havia a preocupação da educação na época em modificar essa estrutura ideológica neocolonialista mas, mantê-la como forma de legitimar as expansões.

Um segundo comentário refere-se à necessidade do professor de Geografia estar refletindo sobre as origens do ensino desta ciência, enquanto disciplina. Entendemos ser de suma importância esta reflexão pois as influências de suas origens ainda se fazem sentir no ensino de Geografia. No caso francês, o contexto sócio-político-econômico no qual se constituiu a Geografia fez com que se adotasse uma tendência reprodutivista de educação que refletiu na sala de aula de tal forma que *“... a geografia, ainda hoje, é a única a aparecer, por excelência, como um saber sem a menor aplicação prática fora do sistema de ensino” (Lacoste, 1988, p. 56).* Ou seja, a função da Geografia nas salas de aula do século XIX ainda estão muito presentes no ensino atualmente uma vez que a Geografia, no Brasil, sofreu forte influência da Escola Francesa. Nestas condições, caso o futuro docente não tenha conhecimento contextualizado historicamente das origens do ensino de Geografia, ele corre o risco de estar reproduzindo a Geografia que se constituiu no final do século passado e fazer da mesma, suas perspectivas

futuras, uma disciplina tão enfadonha como outrora. Segundo Lacoste,

“É preciso fazer com que aqueles que ensinam a geografia hoje tomem consciência de que o saber-pensar o espaço pode ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós” (1988, p. 256).

No que diz respeito ao Brasil, tanto o ensino quanto a pesquisa na área de Geografia se institucionalizaram a partir da Revolução de Trinta, período no qual *“... a burguesia e a classe média urbana passaram a ter maior influência sobre o governo e a atenuar o poder da burguesia agrário-exportadora”* (Andrade, 1992, p. 81). Os estudos e pesquisas de nível superior se institucionalizaram a partir da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, onde, atualmente, funciona a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Neste período, a Geografia brasileira foi em grande parte influenciada pela Escola Francesa, tanto na pesquisa como no ensino dado que foram professores e pesquisadores franceses que fundaram os primeiros cursos brasileiros. Conforme Pontuschka,

“A geografia no antigo ginásio até a época da fundação da FFLCH-USP, nada mais era do que a dos livros didáticos. Geralmente eles expressavam o que havia sido a geografia até meados do século XIX na Europa: enumeração de nomes de rios, serras, montanhas, capitais, cidades principais, totais demográficos de países, de cidades etc.” (1999, p. 114).

Porém, deste período até os dias atuais, segundo a autora, a situação do ensino de Geografia não se modificou muito.

“Se essa crítica pode ser feita para o ensino da geografia na primeira metade do século XX, ainda não podemos dizer que os métodos de ensino mais renovadores e democráticos hoje estão aplicados nas escolas do país.” (Pontuschka, 1999, p. 113).

Segundo Brabant, a Geografia escolar está em crise e essa está relacionada com a sua função ideológica no final do século XIX, conforme destacamos anteriormente. Para este autor,

“Pode-se dizer que a crise da geografia na escola se resume essencialmente na crise de sua finalidade. Ensino com função ideológica, sua eficácia se vê contestada por discursos mais ‘modernos’ (economia, sociologia, etc...) Marginalizada no momento da adaptação da escola às necessidades profissionais, a geografia está minada por sua aparente incapacidade de dar conta das lutas onde o espaço está em jogo” (1989, p.22).

Vale ressaltar que esta crise da escola, e também da Geografia, mencionadas por Brabant faz parte de uma mudança da função das instituições de ensino de todos os níveis promovida em grande parte pelo Banco Mundial e países que esse representa. Para essa instituição, cabe à escola

“(...) desenvolver as capacidades básicas de aprendizagens no ensino primário e (quando se justifique para o país) no nível secundário inferior, porque o Banco sabe que isso contribuirá para satisfazer a demanda por ‘trabalhadores flexíveis que possa facilmente adquirir novas habilidades’” (Coraggio, 1998, p. 100).

Nessa perspectiva, voltamos àquela tendência educacional colocada anteriormente na qual a educação possui a função de reproduzir a ordem estabelecida pelo e para o capital. Nesta tendência, *“... a escola alcançou o foro de principal instrumento para a reprodução qualitativa da força de trabalho de que necessitava a sociedade capitalista”* (Luckesi, 1994, p.44). Assim, como a Geografia tradicionalmente é uma disciplina que desde as suas origens na França e Alemanha do século XIX, é questionada acerca de sua utilidade e funcionalidade na vida prática, ela passa a ser eliminada do sistema de ensino em vários países. Isto verifica-se atualmente no Brasil quando observamos a diminuição da sua carga horária, quando não de sua eliminação da grade curricular de algumas escolas, no “novo” ensino médio.

Nessa perspectiva, compreendemos que se

faz necessário rompermos com algumas “convicções” formais ainda presentes na Geografia e em muitos livros didáticos que ainda lideram o mercado editorial do país. Isso porque esses, na maioria das vezes, abordam a realidade de forma fragmentada, não permitindo a emergência de reflexões sobre a configuração do espaço que é fruto das contradições sociais.

Para Santos,

“A superação da lógica formal não é a supressão da forma é, antes disso, uma ruptura com seus limites em busca dos movimentos que a definem e, por isso mesmo, é colocar em discussão, num mesmo momento, justamente o que a lógica formal não admite: o contraditório” (1995, p.47-48).

Assim, avançando para além da lógica formal rumo à lógica dialética estaremos abordando a realidade de forma dialética valorizando o entendimento do conflito entre os contrários a fim de que se entenda a lógica das diferentes, e contraditórias, espacialidades produzidas no território.

Segundo Katuta,

“Para isto, faz-se necessário que o aluno tenha se apropriado e/ou se aproprie de uma série de noções, habilidades, conceitos, conhecimentos e informações, básicos para que o pensamento ocorra. Esse conjunto (...) é pré-requisito para que o aluno construa um entendimento geográfico da realidade” (1997, p. 37).

Além disto, quando trabalhamos em sala de aula a partir de uma abordagem respaldada na lógica dialética poderemos romper também com aquela tendência reprodutivista da educação de outrora para trabalharmos com uma tendência transformadora da educação onde

“... propõe-se compreender a educação dentro de seus condicionantes e agir estrategicamente para a sua transformação. Propõe-se desvendar e utilizar-se das próprias contradições da sociedade, para trabalhar realisticamente (criticamente) pela sua transformação” (Luckesi, 1994, p. 51).

Também compreendemos que esse trabalho deve ser iniciado nas primeiras séries do ensino fundamental, sobretudo na 5ª série, uma vez em que são nessas séries que os alunos começam a ter seus primeiros contatos com o uso e confecção de mapas. Como os mapas são os instrumentos das espacializações dos fenômenos geográficos, e esses fenômenos são, em parte, frutos das contradições sociais, os alunos poderão, dependendo da prática pedagógica docente, estar em contato com essas contradições procurando compreender suas origens.

Neste sentido, ao refletirmos sobre as origens do ensino de Geografia, sua situação atual e perspectivas identificamos que esta ciência, de acordo com cada período histórico pelos quais passou, defendia valores determinados. Cabe-nos, enquanto docentes em formação, explicitarmos à sociedade que o aspecto de inutilidade que paira sobre a Geografia é, de fato, apenas aparente e que a Geografia ainda serve tanto para fazer a guerra com também para transformar a sociedade na qual esta inserida, dependendo da prática pedagógica docente e de seu compromisso político-pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo : Atlas, 1992. 143p.

BRABANT, Jean-Michel. Crise da Geografia, crise da escola. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.) *Para onde vai o ensino de Geografia?* São Paulo: Contexto, 1989. p. 15-23.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999. 440p.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org). *O banco mundial e as políticas educacionais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-123.

KATUTA, Ângela Massumi. A escola e o ensino de geografia: o ser e o vir a ser. *Universitas*, São José do Rio Preto, v.7, n.1, p. 31-38, 1997.

LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1988. 263p.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. 263p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. 183p.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib. A Geografia: Pesquisa e Ensino. In: CARLOS, Ana Fani A. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 111-143.

SANTOS, Douglas. Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino da geografia. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 17, p. 20-61, 1995.

Teaching of geography: origins and perspectives

ABSTRACT

In the present article we intended to contemplate about the current situation of the teaching of Geography as well as on its origins and perspectives. For so much we left, initially, of a reflection concerning the teaching as well as about its relationship with the education and the instruction. Soon after, we contemplated on the institution of the geographical science, its relationship with the teaching in the elementary schools (in the end of the century XIX) and of higher education (in the beginning of the century XX). Later on, after some placements on the origins of the teaching in Brazil, we contemplate about the current situation of that teaching in the country trying to relate it with the educacional tendencies in which she was inserted. Finally, in a third moment, we approached some perspectives, based in bibliographies on that thematic one, I respect it of that teaching and about its contributions to the society. Those contributions, for its time, they can be good so much "to do the war" as to modify the social structure in which are inserted depending on the educational pedagogic practice and of its political-pedagogic commitment.

KEY WORDS: Geography, teaching, education.